



RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO
DA SAÚDE PÚBLICA - SESAP

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
R. Cônego Monte, 110, - Bairro Quintas, Natal/RN, CEP 59037-170
Telefone: 8432329995 e Fax: @fax_unidade@ - http://www.saude.gov.br

EDITAL Nº 90002/2026

Processo nº 00610719.000045/2024-02

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

O Hospital Giselda Trigueiro, através de seu(ua) Pregoeiro(a) Oficial, designada pela Portaria nº 2338/2023, de 15/09/2023, publicada no Diário Oficial do Estado nº 15.511, edição de 20 de novembro de 2023, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Estadual 32.449, de 7 de março de 2023, bem como da Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

- **Pregão eletrônico:** Nº 90002/2026
- **Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **manutenção preventiva e corretiva**, com reposição total de peças, para um **autoclave** da marca PHOENIX LUFERCO.
- **Início do acolhimento das propostas:** 25/05/2026
- **Abertura da sessão:** 10/06/2026
- **Horário:** 09:00h (Brasília/DF).
- **Edital disponível no Portal de Compras:** <https://www.gov.br/compras/pt-br/>
- **Modo de disputa:** Aberto e fechado
- **Critério de Julgamento:** menor preço por item.
- **Preferência ME/EPP/EQUIPARADAS:** Esta licitação é **exclusiva** para microempresas e empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e equiparados nos termos do art. 42 da Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020, por não ultrapassar o montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).
- **Não é permitida a subcontratação total ou parcial do objeto.**
- **O orçamento estimado para a contratação terá caráter sigiloso**, e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da fase lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

SUMÁRIO

1. OBJETO
2. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS
3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO CRITÉRIO MENOR PREÇO POR LOTE
4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
8. DA FASE DE JULGAMENTO
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO
10. DO MODELO DE EXECUÇÃO
11. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO
12. DOS RECURSOS
13. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL
14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
15. DO PAGAMENTO
16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **manutenção preventiva e corretiva**, com reposição total de peças, para um **autoclave** da marca PHOENIX LUFERCO, equipamento/modelo: 04020107 AHCM DZ 2P - 39209, Série: 07423, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE ÚNICO		TOMBO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
ITEM	ESPECIFICAÇÃO			
1	Manutenção preventiva em autoclave da marca Phoenix Luferco, modelo 04020107 AHCM DZ 2P - 39209, Série 07423, utilizada no processo de esterilização.	284149	Bimestral	06
2	Manutenção corretiva (incluindo reposição de peças, material e mão de obra) em autoclave da marca Phoenix Luferco, modelo 04020107 AHCM DZ 2P - 39209, Série 07423, utilizada no processo de esterilização.	284149	Mensal	12

- 1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - a) O Termo de Referência que embasou a contratação,
 - b) O Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026;
 - c) A Proposta do Contratado;
 - d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

- 2.1. O objeto desta licitação é caracterizado como serviço contínuo ou continuado, pois visa a suprir necessidades permanentes da Administração Pública, por meio da prestação de um serviço não passível de divisão ou segmentação lógica ou razoável em unidades autônomas, nem módulos, nem fases, nem etapas independentes, porém prestado de maneira seguida, ininterrupta e indiferenciada ao longo do tempo, ou de outro modo posto à disposição em caráter permanente, sem a dedicação exclusiva de mão de obra e **caracterizado como serviço comum pelo Decreto 32.449/2023, pois os padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos no Edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado, assim a natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos da Lei 14.133, de 2021.**
- 2.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que os serviços de manutenção preventiva e corretiva para um equipamento de autoclave são de necessidade contínua e prolongada, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.
- 2.3. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação

3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO CRITÉRIO MENOR PREÇO POR LOTE

- 3.1. A Lei nº 14.133/2021 estabelece que esse critério poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica.
- 3.2. Todos os itens que compõem o objeto devem ser homologados a uma única empresa, visto que o parcelamento da solução não é tecnicamente viável e incorre em perda de economia de escala, nos termos do art. 47, I da Lei 14.133/21.
- 3.3. O loteamento dos itens importa em maior agilidade nos atendimentos, assim como garante a sinergia existente entre o serviço de manutenção preventiva e a corretiva e a conveniência administrativa em geri-los, de forma centralizada, em um contrato que contemple todos os itens necessários à manutenção preventiva e corretiva do equipamento de autoclave, pois

não é eficiente que uma empresa administre o serviço de manutenção preventiva e outra os materiais para a manutenção corretiva, dado que são itens complementares, não sendo interessante e eficaz para a Administração.

4. **DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**
- 4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Não poderão disputar esta licitação:

4.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O impedimento de que trata o item [3.5.4](#) será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens [3.5.2](#) e [3.5.3](#) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.9. O disposto nos itens [3.5.2](#) e [3.5.3](#) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

4.11. A vedação de que trata o item [3.5.8](#) estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
5. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens [8.1.1](#) e [8.13.1](#) deste Edital.
- 5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.7. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
- 5.8. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- 5.9. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, do Decreto nº 19.938 de 31/07/2007.
- 5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens [4.4](#) ou [4.6](#) sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item [4.11](#) possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. **DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

- 6.1.4.

Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 6.2.

Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.3.

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4.

Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5.

Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.6.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7.

A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.7.1.

O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.7.2.

Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 6.7.3.

Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 6.8.

O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
7.

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
- 7.1.

A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2.

Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3.

O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 7.4.

Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.

O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 7.6.

Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7.

O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8.

O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.9.

O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, que no caso da presente licitação será "aberto e fechado". Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.9.1.

A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.9.2.

Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.9.3.

No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.9.4.

Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.9.5.

Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.10.

Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.11.

Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.12.

No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.13.

Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.14.

Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.15.

Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [decreto Estadual 19.938 de 31 de julho de 2007](#).
- 7.15.1.

Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.15.2.

A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.15.3.

Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.15.4.

No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.16.

Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto manufaturado estrangeiro, manufaturado nacional, bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme decreto Nº 11.890 de 22 de janeiro de 2024.
- 7.17.

Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.17.1.

Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 7.17.1.1.

disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.17.1.2.

avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 7.17.1.3.

desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 7.17.1.4.

desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.17.2.

Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.17.2.1.

empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 7.17.2.2.

empresas brasileiras;
- 7.17.2.3.

empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.17.2.4.

empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 7.18.

Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.18.1.

A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.18.2.

A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.18.3.

O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.18.4.

O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 3 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.18.5.

É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.19.

Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
8.

DA FASE DE JULGAMENTO
- 8.1.

Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.1.1.

SICAF;
- 8.1.2.

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>); e
- 8.1.3.

Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).[A1]
- 8.2.

Para a consulta de licitante pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "7.1.2" e "7.1.3" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)
- 8.3.

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também, de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

- 8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. [\(IN nº 3/2018, art. 29, caput\)](#)
- 8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. [\(IN nº 3/2018, art. 29, §1º\).](#)
- 8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. [\(IN nº 3/2018, art. 29, §2º\).](#)
- 8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.6 deste edital.
- 8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 8.8. será desclassificada a proposta vencedora que:
- 8.8.1. contiver vícios insanáveis;
- 8.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 8.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. **DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência (ANEXO), necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, balanço patrimonial poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.1.2. A exigência de qualificação econômico-financeira, como critério de habilitação no processo licitatório, foi incluída no presente Edital com o objetivo de assegurar que os licitantes possuam a capacidade necessária para garantir a execução adequada e plena do contrato, conforme as condições estabelecidas. Esta exigência é fundamental para a garantia da boa execução do objeto licitado, mitigando riscos de inadimplência e de interrupção dos serviços.

9.2. **Qualificação Técnica**

a) **Registro da Empresa no Conselho Profissional**

A licitante deverá apresentar certidão de registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, válida na data da apresentação da proposta, na qual conste o(s) responsável(is) técnico(s) pela execução dos serviços

b) **Responsável Técnico:**

A licitante deverá comprovar possuir em seu quadro técnico profissional de nível superior, com formação em:

- Engenharia Biomédica; ou
- Engenharia Elétrica, Eletrônica ou Mecânica com especialização em engenharia clínica;
- O Profissional deverá possuir registro ativo no CREA.

c) **Comprovação de Vínculo Profissional**

A comprovação do vínculo entre o responsável técnico e a empresa licitante deverá ser realizada por meio de:

- contrato social;
- contrato de trabalho;
- ficha de registro de empregado; ou
- contrato de prestação de serviços.

d) **Certidão de Acervo Técnico - CAT**

O responsável técnico deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA, comprovando experiência na execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, tais como:

- manutenção de autoclaves hospitalares;
- validação ou qualificação térmica de autoclaves hospitalares.

e) **Atestado de Capacidade Técnica da Empresa**

A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, incluindo:

- manutenção preventiva e corretiva de autoclaves hospitalares;
- serviços de qualificação térmica ou validação de autoclaves hospitalares.

Os atestados deverão conter identificação da instituição contratante, período de execução e descrição dos serviços realizados.

f) **Experiência Mínima da Empresa**

A licitante deverá comprovar experiência mínima de 1 (um) ano na execução de serviços de manutenção em autoclaves hospitalares ou equipamentos de esterilização, podendo os atestados ser somados para comprovação do período mínimo exigido

g) **Equipamentos para Qualificação Térmica**

A empresa deverá comprovar possuir equipamento(s) ou sistema para realizar a qualificação térmica de autoclaves hospitalares

h) **Certificados de Calibração dos Instrumentos**

Deverão ser apresentados certificados de calibração vigentes dos instrumentos utilizados nos serviços de qualificação térmica e calibração, com rastreabilidade metrológica a padrões nacionais ou internacionais, preferencialmente emitidos por laboratório acreditado.

i) **Relatórios Técnicos de Qualificação Térmica**

A licitante deverá comprovar capacidade técnica para emissão de relatórios de qualificação térmica, contendo no mínimo:

- mapeamento térmico da câmara;
- identificação de pontos frios;

- registro das curvas de temperatura x tempo;
- análise da uniformidade térmica;
- avaliação do ciclo de esterilização.

j) **Capacidade Operacional**

A licitante deverá apresentar declaração de que possui instalações, instrumentos e equipe técnica qualificada para execução dos serviços de:

- manutenção preventiva;
- manutenção corretiva;
- calibração;
- qualificação térmica de autoclaves hospitalares.

k) **Declaração de Conhecimento das Condições do Serviço**

A licitante deverá apresentar declaração de que tomou conhecimento de todas as condições necessárias à execução dos serviços, não podendo alegar posteriormente desconhecimento das características técnicas dos equipamentos ou das instalações.

l) **Anotação de Responsabilidade Técnica - ART**

Após a assinatura do contrato, a empresa vencedora deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA referente à execução dos serviços contratados.

m) **Capacidade de Fornecimento de Peças**

A licitante deverá apresentar documentos que comprovem capacidade de fornecimento de peças e componentes, tais como:

- notas fiscais de aquisição;
- contratos com fornecedores;
- declaração de representação técnica ou comercial.

n) Na avaliação das propostas, em caso de empate, serão priorizadas aquelas que demonstram maior compromisso com a sustentabilidade conforme item 4, 4.1 descrito no termo de referência (Anexo I).

o) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da

p) A empresa licitante deverá comprovar, por meio de **atestados de capacidade técnica**, que possui experiência na **execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de autoclave**, com no mínimo 2 (dois) autoclaves, no período de 3 (três) anos, conforme as especificações do contrato. Os atestados devem ser emitidos por clientes anteriores, públicos ou privados, e devem detalhar os **tipos de serviços realizados, a natureza dos equipamentos, o prazo de execução, e os resultados obtidos**.

licitação, cedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado contendo os dados da empresa tais como, CNPJ, endereço, CEP, telefone e identificação do assinante de forma legível e cargo que ocupa na empresa;

q) Para fins de atendimento ao subitem supracitado será solicitado, no mínimo, 2 (dois) atestados de qualificação técnica; Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

r) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

s) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por e-mail: comissaolicitacaoohgt@gmail.com

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

9.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

9.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

9.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

9.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. **DO MODELO DE EXECUÇÃO:**

10.1. O objeto da presente contratação caracteriza-se como serviço comum, de natureza contínua, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser executado por empresa especializada.

10.2. O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.

10.3. Requisitos Técnicos: A contratada deverá:

- I - comprovar capacidade técnica compatível com o objeto;
- II - executar os serviços em conformidade com normas técnicas aplicáveis e recomendações do fabricante;
- III - utilizar peças originais ou devidamente certificadas; IV - disponibilizar profissionais qualificados;
- IV - assegurar a rastreabilidade dos serviços executados;
- V - observar integralmente a RDC nº 15/2012 da ANVISA.

10.4. Requisitos Legais: A contratada deverá:

- I - atender às exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica;
- II - observar as disposições da Lei nº 14.133/2021;

- III - cumprir a legislação sanitária aplicável;

IV - respeitar as normas do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
- 10.5. Requisitos Operacionais:: A execução contratual deverá observar:

I - atendimento sob demanda para manutenção corretiva;

II - execução de manutenção preventiva conforme cronograma;

III - disponibilização de canais formais de comunicação;

IV - prazo de atendimento de até 48 (quarenta e oito) horas;

V - registro formal das intervenções realizadas.
- 10.6. Requisitos Econômicos: A contratação deverá observar os princípios da economicidade e da vantajosidade, sendo o pagamento condicionado à efetiva execução dos serviços, nos termos contratuais.
- 10.7. Gestão e Fiscalização do Contrato: A execução contratual será acompanhada por gestor e fiscal designados, cabendo-lhes monitorar a execução, verificar a conformidade dos serviços, registrar ocorrências e adotar as providências necessárias.
- 10.8. Especificações dos Serviços:
- 10.8.1. Manutenção preventiva: 06 (seis) intervenções anuais.
- 10.8.2. Manutenção corretiva: até 12 (doze) intervenções anuais, conforme necessidade.
- 10.8.3. As peças deverão ser originais, com garantia mínima de 90 (noventa) dias, sendo sua substituição realizada sem ônus adicional à Administração em caso de defeito.
- 10.8.4. A contratada deverá apresentar declaração formal de que possui pleno conhecimento das condições necessárias para a execução dos serviços.
- 10.9. Condições de execução
- 10.9.1. A execução do presente contrato deverá iniciar-se imediatamente na data de início de sua vigência.
- 10.9.2. Os mecanismos de comunicação entre o órgão e a prestadora dos serviços na execução do contrato deverá ser o correio eletrônico (e-mail), whatsapp, e um ou dois contatos móveis a serem fornecidos pela empresa como dados essenciais e presentes no contrato, a serem utilizados pelo Gestor e pelo agente Fiscal do respectivo instrumento.
- 10.9.3. A data de realização do serviço deve ser previamente agendada com o fiscal ou gestor do contrato.
- 10.9.4. A empresa CONTRATADA se responsabilizará pela assistência preventiva e corretiva (substituição de peças) do equipamento, sem ônus para a contratante.
- 10.9.5. A CONTRATADA quando chamada para solucionar problemas técnicos no equipamento, terá o prazo de 12 (doze) horas para responder ao mesmo, que poderá ser feito por telefone e ou e-mail e terá no máximo 48 (quarenta e oito) horas para solucionar o problema ou defeito constatado.
- 10.9.6. A empresa CONTRATADA se responsabilizará por todo o custo referente ao transporte, instalação, reposição de peças e assistência técnica, não cabendo a CONTRATANTE nenhum custo relativo ao objeto e seu devido funcionamento.
- 10.9.7. Manter durante a execução do contrato as mesmas condições exigidas para habilitação da licitação(regularidade fiscal).
- 10.9.8. A contratada deverá apresentar obrigatoriamente, um relatório detalhado dos serviços executados a cada mês.
- 10.10. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:
- 10.10.1. Manutenção Preventiva: - Será realizada a manutenção preventiva BIMESTRALMENTE, totalizando 6 (seis) manutenções durante um período de 12 (doze) meses, objetivando evitar falhas e ou soluções de continuidade e visando ainda garantir o funcionamento pleno do equipamento em questão e deverá ser executada a partir de um plano serviços elaborado pela área demandante, que determine prazos e obrigações através de um cronograma de tarefas e assim diminuir a depreciação da vida útil do equipamento.
- 10.10.2. Manutenção Corretiva: Será realizada a manutenção corretiva, conforme a necessidade. Visando a correção de falhas que causem paralisação ao equipamento e provoquem a substituição de peças ou acessórios, que deverão ser originais de fábrica. A reposição de todas as peças a serem utilizadas deverão estar discriminadas em nota fiscal, lacradas para conferência e especificando a garantia.
- 10.10.3. Procedimento(s): Realizar a manutenção corretiva do equipamento, na data e horário fixados na ordem de execução de serviço, considerando as especificações técnicas e operacionais do equipamento, conforme estabelecido pelo fabricante, devendo também comprovar o perfeito desempenho operacional do equipamento; Apresentar relatório ou laudo técnico, contendo obrigatoriamente, para o equipamento, o número de registro patrimonial, a descrição resumida, a descrição do defeito apresentado, os procedimentos, classificações e resultados, as recomendações técnicas, as peças, componentes e acessórios substituídos e as observações, laudos técnicos pertinentes em caso de impossibilidade de realização dos serviços.
- 10.10.4. Local e horário: Na Central de Material e Esterilização do Hospital Giselda Trigueiro que fica localizado na Rua Cônego Monte, 110 Bairro: Quintas, CEP: 59037-170 , na data e horário fixados na ordem de execução de serviço.
- 10.10.5. As ocorrências por motivo de força maior que impossibilitem o início da execução do objeto na data fixada deverão ser comunicadas pelo contratado por escrito com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 10.10.6. Prazo para conclusão da execução do trabalho deverá ser de no máximo 10 (dez) dias a contar do início da execução dos serviços, podendo ser prorrogado mediante justificativa por escrito apresentada pelo contratado antes do vencimento e aceita pela Administração.
- 10.10.7. A solicitação de execução de serviço, quando prevista para início da execução do trabalho, será emitida pelo contratante, devendo conter no mínimo a identificação do pedido, a identificação do contratado, a identificação e a descrição do serviço a serem realizados, avaliação e ateste dos serviços realizados, os quais não podem ter nenhum vínculo com o contratado.
- 10.10.8. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.
- 10.10.9. Especificações técnicas: a manutenção do autoclave inclui a inspeção, diagnóstico e reparo dos sistemas mecânico, elétrico e de controle, visando restaurar o funcionamento seguro e eficiente do equipamento. O processo envolve:
- 10.10.10. Avaliação técnica: verificação do funcionamento geral, conformidade com o ciclo de esterilização, controle de temperatura e pressão, integridade do equipamento, sistema de segurança, desempenho do ciclo, manutenção e limpeza, conformidade com as normas e regulamentos, eficiência energética e condição dos materiais esterilizados.
- 10.10.11. Substituição de peças: Identificação e troca de componentes danificados ou desgastados.
- 10.10.12. A substituição de peças e ou componentes durante o conserto deverão ser comunicadas formalmente ao fiscal do contrato, contendo no comunicado o motivo da substituição e as providências que se fizeram cabíveis.
- 10.10.13. As peças substituídas em virtude da manutenção corretiva são de propriedade da CONTRATANTE, devendo ser recolhidas e entregues pela CONTRATADA ao fiscal do contrato.
- 10.10.14. Ajustes e regulagens: ajustes de temperatura e pressão, inspeção e ajuste de válvulas, regulagem de ciclos, manutenção do sistema de aquecimento, regulagem do sistema de água, verificação de portas e juntas, atualização de software, testes e indicadores de funcionamento, limpeza interna e externa e treinamento do orientador.
- 10.10.15. Testes operacionais: Realização de testes como de segurança e integridade, desempenho do ciclo, esterilização e monitoramento contínuo, simulando as condições normais de operação para assegurar o pleno funcionamento do autoclave.
- 10.10.16. Relatório técnico: Emissão de relatório detalhado sobre as intervenções realizadas e a condição atual do equipamento, garantindo conformidade com normas de segurança e regulamentações locais.
- 10.10.17. Especificações de segurança: São de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus algum para a CONTRATANTE, todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) necessários à realização do serviço de manutenção.
- 10.11. A execução do contrato será monitorada de forma contínua pelos fiscais e gestores designados, que adotarão mecanismos de acompanhamento, controle de desempenho e avaliação dos serviços prestados. (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- 10.12. Para garantir a efetividade da supervisão, serão adotados os seguintes critérios objetivos de desempenho:

a)Qualidade da execução: verificação da conformidade dos serviços prestados em relação aos padrões técnicos exigidos no Termo de Referência e demais normativas aplicáveis;

b)Cumprimento do cronograma: controle dos prazos estabelecidos, registrando eventuais atrasos e suas justificativas;

c)Índice de retrabalho e não conformidades: percentual de serviços que apresentaram falhas ou necessidade de correção, conforme registros do fiscal do contrato;

d)Satisfação da unidade demandante: avaliação periódica junto aos usuários para aferir a qualidade dos serviços recebidos;

e)Responsabilidade da Contratada: tempo de resposta a solicitações da Administração, incluindo esclarecimentos, correções e cumprimento de determinações contratuais.
- 10.13. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 10.14. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).
- 10.15. Ficará responsável por desempenhar a função de gestor do contrato o(a) **PRISCILA ISABELE DE ASSIS CAMILO LESSA LIMA** - Matrícula: 209.780-0 - execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117, caput, da [Lei nº 14.133/21](#).
- 10.15.1. Ficará responsável por desempenhar a função de fiscal do contrato a servidora abaixo designada:

Nome do(a) servidor(a)	Matrícula nº	Designação/Função
Joycilene Araújo Aragão	249.924-0	Fiscal

11. DO PAGAMENTO
- 11.1. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:
- 11.1.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.
- 11.1.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

a) não produzir os resultados acordados;

b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades Contratadas.
- 11.1.3. A fiscalização do contrato aplicará a retenção ou glosa sobre o valor da fatura mensal com base nos seguintes indicadores e metas:

Critério de Desempenho	Indicador	Meta Mínima Aceitável	Fator de Glosa (sobre o valor da fatura mensal)
Cumprimento do plano de manutenção preventiva	Percentual de visitas preventivas realizadas conforme cronograma	100,00%	5% por visita preventiva não realizada ou realizada fora do prazo, limitado a 20%
Tempo de resposta para manutenção corretiva	Horas úteis entre a abertura do chamado e o agendamento da visita	≤ 12 horas úteis	3% por hora adicional de atraso, limitado a 18%
Tempo de reparo do equipamento	Horas corridas entre a chegada do técnico e o retorno da autoclave à operação normal	≤ 48 horas corridas	2% por hora adicional, limitado a 15%
Taxa de sucesso na primeira intervenção	Percentual de chamados corretivos resolvidos sem necessidade de nova visita	≥ 95%	4% por ponto percentual abaixo da meta, limitado a 12%
Qualidade da manutenção (pós-reparo)	Autoclave opera normalmente por pelo menos 15 dias corridos sem nova falha no mesmo componente	100% dos reparos	8% por cada recorrência da mesma falha no período de 15 dias, limitado a 20%
Disponibilidade operacional da autoclave	Percentual de tempo em que a autoclave está apta ao uso no horário contratual	≥ 97%	2% por hora de indisponibilidade não programada, limitado a 25%
Documentação técnica entregue	Relatórios de manutenção (preventiva e corretiva) entregues em até 24 horas após o serviço	100,00%	2% por relatório em atraso ou incompleto, limitado a 10%
Satisfação da unidade demandante	Média das avaliações mensais (nota de 0 a 10) sobre: pontualidade, qualidade do serviço, clareza das informações	≥ 8,5	2% por décimo abaixo da nota 8,5, limitado a 10%

11.1.4. Não haverá glosa quando o descumprimento decorrer comprovadamente de:

I - Fato exclusivo da unidade hospitalar;

II - Caso fortuito ou força maior, greve ou paralisação do serviço de transporte que impeça a entrega de insumos, desde que devidamente comprovada.

11.1.5. Caso a soma das glosas em três meses consecutivos ultrapasse 30% do valor total da fatura em cada mês, a Administração poderá rescindir o contrato unilateralmente, com aplicação das sanções previstas no edital.

11.1.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

11.1.6.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (§ 4º do art. 88 da Lei nº 14.133/2021).

11.1.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

11.1.6.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

11.1.6.4. Ratificar e encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais previamente conferidas e atestadas pelos fiscais de contrato;

11.1.6.5. Enviar a documentação ao setor pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

11.1.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.1.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

11.1.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11.2. DA LIQUIDAÇÃO:

11.2.1. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

11.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

11.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato, da Contratada e da Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

11.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

11.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em contratações públicas, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

11.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

11.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.8. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

11.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.10. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

11.11. DA FORMA DE PAGAMENTO:

11.11.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

11.11.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.11.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.11.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.11.5. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.11.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

11.11.7. Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

11.11.8. O pagamento será realizado em reais ou moeda sucedânea, do Banco do Brasil - Agência 2870-3, Conta Corrente nº 41000-4.

11.11.9. A Contratante não aceitará cobrança bancária.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DE CONTRATAÇÃO:

12.1. A estimativa do valor da contratação será sigilosa, porém, o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

12.2. Essa medida tem respaldo nos termos do art. 24 da Lei 14.133/2021 e está fundamentada pela necessidade de assegurar a ampla competitividade entre os licitantes, de forma

- a evitar que o conhecimento prévio do valor estimado influencie de maneira inadequada a formulação das propostas comerciais.
- 12.3. A decisão de manter o orçamento sob sigilo alinha-se aos objetivos de assegurar o equilíbrio entre a competitividade, a eficiência e a economicidade no uso dos recursos públicos.
- 12.4. A restrição do acesso ao orçamento não prejudica a transparência do processo, uma vez que a divulgação do valor será realizada ao final do certame.
- 13. DOS RECURSOS**
- 13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 13.2. **O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**;
- 13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 13.5. O **recurso** será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.
- 13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 13.7. O prazo para apresentação de **contrarrrazões** ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>
- 14. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**
- 14.1. Os preços são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 01 (um) ano contado do início da vigência do contrato.
- 14.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 14.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 14.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 14.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: comissaolicitacaohgt@gmail.com
- 15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**
- 16.1. O licitante ou a Contratada será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:
- | | ATO | POSSÍVEL SANÇÃO |
|--|--|--|
| | Dar causa à inexecução parcial do contrato | Advertência |
| Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo | | Impedimento de licitar e contratar |
| | Dar causa à inexecução total do contrato | Impedimento de licitar e contratar |
| | Deixar de entregar a documentação exigida para o certame | Impedimento de licitar e contratar |
| | Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado | Impedimento de licitar e contratar |
| Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta | | Impedimento de licitar e contratar |
| | Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado | Impedimento de licitar e contratar |
| | Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato | Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar |
| | Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato | Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar |
| | Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza | Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar |
| | Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação | Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar |
| | Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 | Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar |
- 16.2. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 16.2.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 16.2.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 16.2.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 16.2.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 16.2.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 16.2.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 16.2.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 16.2.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 16.2.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 16.2.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 16.2.5. fraudar a licitação
- 16.2.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 16.2.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 16.2.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 16.2.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 16.2.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 16.2.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).
- 16.3. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 16.3.1. advertência;
- 16.3.2. multa;
- 16.3.3. impedimento de licitar e contratar e
- 16.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 16.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 16.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 16.4.2. as peculiaridades do caso concreto
- 16.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 16.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 16.5. A sanção prevista de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 16.6. A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato lícitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#), recolhida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 16.7. A sanção prevista do Impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 16.8. A sanção prevista da Declaração de Inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 16.9. A sanção estabelecida da Declaração de Inidoneidade quando aplicada pela SESAP, ela será de competência exclusiva do Secretário Estadual de Saúde Pública e será precedida de análise jurídica.
- 16.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 16.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou será cobrada judicialmente.
- 16.12. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.13. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#).

16.14. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pelo Setor Competente, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pelo Setor Competente, o licitante ou a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 2º Serão indeferidas pelo Setor Competente, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- a) interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item 15.4;
- b) suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- c) suspensão por decisão judicial que inviabiliza a conclusão da apuração administrativa.
- 16.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- 16.16. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 16.17. A SESAP deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).
- 16.18. A aplicação de multa de mora não impedirá que a SESAP a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 16.19. É admitida a reabilitação do licitante ou a Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

- 16.20. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>
- 17.11. **Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:**
- 17.11.1. **ANEXO I - Termo de Referência (SEI: 41462050)**
- 17.11.2. **ANEXO II- Minuta de Contrato (SEI: 40975442)**

O presente documento segue assinado pelo(a) servidor(a) Elaborador(a), Assistente técnico(a) em saúde (validador(a)) e pela autoridade responsável por sua aprovação, com fulcro no Regimento Interno da SESAP, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da [Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#).

Natal, 22 de maio de 2026

José Ferreira dos Santos Neto
Assistente Técnico em Saúde

André Luciano de Araújo Prudente
Diretor Geral



Documento assinado eletronicamente por **JOSE FERREIRA DOS SANTOS NETO, Membro da Equipe de Apoio às Licitações**, em 22/05/2026, às 08:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41534077** e o código CRC **A3CF027B**.

Processo nº 00610719.000045/2024-02

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.

1. OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **manutenção preventiva e corretiva**, com reposição total de peças, para uma **autoclave** da marca PHOENIX LUFERCO, equipamento/modelo: 04020107 AHCM DZ 2P - 39209, Série: 07423, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO:

LOTE 1				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TOMBO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Manutenção preventiva em autoclave da marca Phoenix Luferco, modelo 04020107 AHCM DZ 2P - 39209, Série 07423, utilizada no processo de esterilização.	284149	Bimestral	06
2	Manutenção corretiva (incluindo reposição de peças, material e mão de obra) em autoclave da marca Phoenix Luferco, modelo 04020107 AHCM DZ 2P - 39209, Série 07423, utilizada no processo de esterilização.	284149	Mensal	12

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, por se tratar de serviço comum descrito de forma objetiva neste estudo técnico, de acordo com as especificações comuns de mercado.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que os serviços de manutenção preventiva e corretiva para um equipamento de autoclave são de necessidade contínua e prolongada, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

Trata-se da necessidade de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição total de peças, para um autoclave da marca PHOENIX LUFERCO, equipamento/modelo: 04020107 AHCM DZ 2P - 39209, Série: 07423. O equipamento encontra-se atualmente instalado nas dependências da Central de Material e Esterilização do Hospital Drª Giselda Trigueiro e é amplamente utilizado na esterilização de materiais de saúde.

As autoclaves são equipamentos que executam a esterilização de materiais críticos e semicríticos, utilizados em procedimentos cirúrgicos, clínicos assistenciais e de diagnóstico, sendo, portanto, extremamente importante a manutenção desse aparelho, devido a necessidade de reutilizar os produtos para a saúde, com certificação e garantia de qualidade necessária para a continuidade do serviço assistencial com segurança, tanto para os profissionais de saúde, quanto para os pacientes acometidos pelas doenças infectocontagiosas.

Considerando a natureza contínua dos serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva com substituição de peças justifica-se como necessários a esta Unidade Nosocomial, no desempenho de suas atribuições, que se interrompidos podem comprometer e interromper a execução de suas atividades.

Considerando que a autoclave está próximo ao limite de "vida útil" de sua garantia de fabricação das peças e acessórios, além do período recomendado pelo fabricante. Isso aumenta o risco de paralisação inesperada do equipamento, comprometendo a continuidade dos serviços de esterilização.

A contratação visa atender as obrigatoriedades da RESOLUÇÃO - RDC Nº 15, DE 15 DE MARÇO DE 2012, que dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências.

Portanto, diante do exposto, a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva é essencial para garantir o pleno funcionamento do autoclave e a reposição de peças que possam estar desgastadas ou danificadas. A manutenção preventiva busca evitar falhas através de inspeções regulares e trocas de componentes, enquanto a corretiva se faz necessária em caso de substituição de peças e de outras falhas não previstas. Ambas são cruciais para assegurar a disponibilidade constante do equipamento e, conseqüentemente, a qualidade dos serviços oferecidos à clientela deste nosocômio.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO.

3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em equipamento de autoclave pertencente ao Hospital Giselda Trigueiro, incluindo o fornecimento e substituição de peças, componentes, acessórios e demais insumos necessários ao pleno funcionamento do equipamento, visando garantir a continuidade, segurança e eficiência dos processos de esterilização realizados pela unidade hospitalar.

3.2. A contratação deverá contemplar a execução de manutenções preventivas periódicas, conforme recomendações do fabricante e normas técnicas aplicáveis, compreendendo inspeções técnicas, testes de funcionamento, regulagens, calibrações, limpeza técnica, ajustes mecânicos e elétricos, lubrificação, verificação de dispositivos de segurança e demais procedimentos necessários à preservação da vida útil e ao adequado desempenho operacional do equipamento.

3.3. A manutenção corretiva deverá ocorrer sempre que identificado defeito, falha operacional, queda de desempenho ou interrupção do funcionamento do equipamento, mediante abertura de chamado técnico pela unidade hospitalar. A contratada deverá realizar diagnóstico técnico do problema, apresentar relatório circunstanciado da ocorrência e executar os reparos necessários para restabelecimento integral das condições de funcionamento do equipamento.

3.4. Nos casos em que houver necessidade de substituição de peças, componentes ou acessórios, a contratada deverá fornecer materiais novos, originais ou compatíveis com as especificações técnicas do fabricante, observando padrões de qualidade, segurança e desempenho adequados ao equipamento hospitalar.

3.5. O fluxo operacional da execução contratual deverá observar, minimamente, as seguintes etapas:

I - identificação da necessidade de manutenção preventiva ou corretiva pela equipe técnica da unidade hospitalar;

II - abertura de chamado técnico formal junto à empresa contratada;

III - comparecimento de técnico habilitado para realização de inspeção e diagnóstico do equipamento;

IV - emissão de relatório técnico contendo descrição da falha identificada, serviços executados, peças eventualmente substituídas e recomendações técnicas pertinentes;

V - execução dos serviços de manutenção preventiva ou corretiva;

VI - realização de testes operacionais e verificação do pleno funcionamento do equipamento após conclusão dos serviços;

VII - recebimento e atesto dos serviços pela fiscalização contratual designada pela Administração.

3.6. A fiscalização contratual deverá acompanhar a execução dos serviços, verificando a conformidade das manutenções realizadas, a adequação das peças substituídas, o cumprimento dos prazos estabelecidos, bem como a regularidade dos relatórios técnicos apresentados pela contratada.

3.7. As peças substituídas deverão ser apresentadas à fiscalização do contrato para conferência e rastreabilidade, podendo a Administração solicitar comprovação de originalidade, especificações técnicas e demais documentos necessários à verificação da adequação dos materiais empregados.

3.8. A contratada deverá garantir assistência técnica especializada durante toda a vigência contratual, responsabilizando-se pela correção de falhas decorrentes da execução inadequada dos serviços, sem ônus adicional para a Administração, dentro dos prazos estabelecidos contratualmente.

3.9. Considerando a natureza essencial do equipamento para os serviços hospitalares, a solução proposta busca assegurar maior disponibilidade operacional da autoclave, redução de interrupções nos processos de esterilização e continuidade dos serviços assistenciais prestados pela unidade de saúde.

3.10. Quanto ao ciclo de vida do objeto, eventual descarte de peças substituídas deverá observar as normas ambientais e sanitárias aplicáveis, sendo os resíduos gerados destinados adequadamente por empresa especializada já contratada pela unidade hospitalar para execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos hospitalares e resíduos comuns.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Natureza do Objeto: O objeto da presente contratação caracteriza-se como serviço comum, de natureza contínua, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser executado por empresa especializada.

Prazo de Vigência: O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.

Requisitos Técnicos: A contratada deverá: I - comprovar capacidade técnica compatível com o objeto; II - executar os serviços em conformidade com normas técnicas aplicáveis e recomendações do fabricante; III - utilizar peças originais ou devidamente certificadas; IV - disponibilizar profissionais qualificados; V - assegurar a rastreabilidade dos serviços executados; VI - observar integralmente a RDC nº 15/2012 da ANVISA.

Requisitos Legais: A contratada deverá: I - atender às exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica; II - observar as disposições da Lei nº 14.133/2021; III - cumprir a legislação sanitária aplicável; IV - respeitar as normas do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

Requisitos Operacionais: A execução contratual deverá observar: I - atendimento sob demanda para manutenção corretiva; II - execução de manutenção preventiva conforme cronograma; III - disponibilização de canais formais de comunicação; IV - prazo de atendimento de até 48 (quarenta e oito) horas; V - registro formal das intervenções realizadas.

Requisitos Econômicos: A contratação deverá observar os princípios da economicidade e da vantajosidade, sendo o pagamento condicionado à efetiva execução dos serviços, nos termos contratuais.

Critério de Julgamento: O critério de julgamento da licitação será o de MENOR PREÇO, conforme previsto no Termo de Referência e no instrumento convocatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Gestão e Fiscalização do Contrato: A execução contratual será acompanhada por gestor e fiscal designados, cabendo-lhes monitorar a execução, verificar a conformidade dos serviços, registrar ocorrências e adotar as providências necessárias.

Especificações dos Serviços:

Manutenção preventiva: 06 (seis) intervenções anuais.

Manutenção corretiva: até 12 (doze) intervenções anuais, conforme necessidade.

Requisitos Relativos às Peças: As peças deverão ser originais, com garantia mínima de 90 (noventa) dias, sendo sua substituição realizada sem ônus adicional à Administração em caso de defeito.

Declaração: A contratada deverá apresentar declaração formal de que possui pleno conhecimento das condições necessárias para a execução dos serviços.

Qualificação Técnica: Para fins de habilitação técnica, a licitante deverá atender aos seguintes requisitos:

- I - Registro da Empresa no Conselho Profissional: Apresentar certidão de registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, válida na data da apresentação da proposta, contendo a indicação do(s) responsável(is) técnico(s).
- II - Responsável Técnico: Comprovar possuir profissional de nível superior, com formação em Engenharia Biomédica ou Engenharia Elétrica, Eletrônica ou Mecânica com especialização em engenharia clínica, devidamente registrado no CREA.
- III - Comprovação de Vínculo Profissional: O vínculo do responsável técnico com a empresa deverá ser comprovado por meio de contrato social, contrato de trabalho, ficha de registro de empregado ou contrato de prestação de serviços.
- IV - Certidão de Acervo Técnico (CAT): Apresentar CAT emitida pelo CREA, em nome do responsável técnico, comprovando experiência em serviços compatíveis com o objeto, tais como manutenção de autoclaves hospitalares e qualificação térmica.
- V - Atestado de Capacidade Técnica: Apresentar atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando execução de serviços compatíveis, incluindo manutenção preventiva e corretiva e qualificação térmica de autoclaves hospitalares, contendo identificação do contratante, período e descrição dos serviços.
- VI - Experiência Mínima: Comprovar experiência mínima de 01 (um) ano na execução de serviços de manutenção em autoclaves hospitalares ou equipamentos de esterilização, admitida a soma de atestados.
- VII - Equipamentos para Qualificação Térmica: Comprovar possuir equipamentos ou sistemas adequados para realização de qualificação térmica.
- VIII - Certificados de Calibração: Apresentar certificados de calibração vigentes dos instrumentos utilizados nos serviços de qualificação térmica e calibração, com rastreabilidade metrológica a padrões nacionais ou internacionais, preferencialmente emitidos por laboratório acreditado.
- IX - Relatórios Técnicos de Qualificação Técnica: Comprovar capacidade técnica para emissão de relatórios de qualificação térmica, contendo no mínimo: mapeamento térmico da câmara; identificação de pontos frios; registro das curvas de temperatura x tempo; análise da uniformidade térmica; avaliação do ciclo de esterilização.
- X - Capacidade Operacional: Apresentar: A licitante deverá apresentar declaração de que possui instalações, instrumentos e equipe técnica qualificada para execução dos serviços de: manutenção preventiva; manutenção corretiva; calibração; qualificação térmica de autoclaves hospitalares.
- XI - Declaração de Conhecimento: A licitante deverá apresentar declaração de que tomou conhecimento de todas as condições necessárias à execução dos serviços, não podendo alegar posteriormente desconhecimento das características técnicas dos equipamentos ou das instalações.
- XII - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART): Após a assinatura do contrato, a empresa vencedora deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA referente à execução dos serviços contratados.
- XIII - Capacidade de Fornecimento de Peças: Apresentar documentação que comprove capacidade de fornecimento de peças e componentes, tais como notas fiscais, contratos com fornecedores ou declaração de representação técnica.

A contratada deverá apresentar declaração formal de que possui pleno conhecimento das condições necessárias para a execução dos serviços.

Subcontratação: Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação: Não haverá exigência da garantia da contratação conforme artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que a contratação ora pretendida traduz baixo risco de inadimplemento. A empresa contratada terá o cumprimento das obrigações monitoradas de perto pelo fiscal de contrato, com a aplicação de penalidades previstas em caso de falhas. Assim, conclui-se que os mecanismos de fiscalização e penalização existentes são suficientes para assegurar a fiel execução do contrato, no caso em tela.

Vistoria: Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

Condições de execução

A execução do presente contrato deverá iniciar-se imediatamente na data de início de sua vigência.

Com prazo inicial de execução de 12 meses, poderá ser prorrogado sucessivamente, se necessário, nos termos da Lei 14.133/21.

Os mecanismos de comunicação entre o órgão e a prestadora dos serviços na execução do contrato deverá ser o correio eletrônico (e-mail), whatsapp, e um ou dois contatos móveis a serem fornecidos pela empresa como dados essenciais e presentes no contrato, a serem utilizados pelo Gestor e pelo agente Fiscal do respectivo instrumento.

A data de realização do serviço deve ser previamente agendada com o fiscal ou gestor do contrato.

A empresa CONTRATADA se responsabilizará pela assistência preventiva e corretiva (substituição de peças) do equipamento, sem ônus para a contratante.

A CONTRATADA quando chamada para solucionar problemas técnicos no equipamento, terá o prazo de 12 (doze) horas para responder ao mesmo, que poderá ser feito por telefone e ou e-mail e terá no máximo 48 (quarenta e oito) horas para solucionar o problema ou defeito constatado.

A empresa CONTRATADA se responsabilizará por todo o custo referente ao transporte, instalação, reposição de peças e assistência técnica, não cabendo a CONTRATANTE nenhum custo relativo ao objeto e seu devido funcionamento.

Manter durante a execução do contrato as mesmas condições exigidas para habilitação da licitação(regularidade fiscal).

A contratada deverá apresentar obrigatoriamente, um relatório detalhado dos serviços executados a cada mês.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

Manutenção Preventiva: - Será realizada a manutenção preventiva BIMESTRALMENTE, totalizando 6 (seis) manutenções durante um período de 12 (doze) meses, objetivando evitar falhas e ou soluções de continuidade e visando ainda garantir o funcionamento pleno do equipamento em questão e deverá ser executada a partir de um plano serviços elaborado pela área demandante, que determine prazos e obrigações através de um cronograma de tarefas e assim diminuir a depreciação da vida útil do equipamento.

Manutenção Corretiva: Será realizada a manutenção corretiva, conforme a necessidade. Visando a correção de falhas que causem paralisação ao equipamento e provoquem a substituição de peças ou acessórios, que deverão ser originais de fábrica. A reposição de todas as peças a serem utilizadas deverão estar discriminadas em nota fiscal, lacradas para conferência e especificando a garantia.

Procedimento(s): Realizar a manutenção corretiva do equipamento, na data e horário fixados na ordem de execução de serviço, considerando as especificações técnicas e operacionais do equipamento, conforme estabelecido pelo fabricante, devendo também comprovar o perfeito desempenho operacional do equipamento; Apresentar relatório ou laudo técnico, contendo obrigatoriamente, para o equipamento, o número de registro patrimonial, a descrição resumida, a descrição do defeito apresentado, os procedimentos, classificações e resultados, as recomendações técnicas, as peças, componentes e acessórios substituídos e as observações, laudos técnicos pertinentes em caso de impossibilidade de realização dos serviços.

Local(is) e horário(s): Dependências do contratante: Na Central de Material e Esterilização do Hospital Giselda Trigueiro que fica localizado na Rua Cônego Monte, 110 Bairro: Quintas, CEP: 59037-170 , na data e horário fixados na ordem de execução de serviço.

Rotina(s) da execução, frequência e periodicidade: As ocorrências por motivo de força maior que impossibilitem o início da execução do objeto na data fixada deverão ser comunicadas pelo contratado por escrito com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

Prazo para conclusão da execução do trabalho: Até 10 (dez) dias a contar do início da execução dos serviços, podendo ser prorrogado mediante justificativa por escrito apresentada pelo contratado antes do vencimento e aceita pela Administração.

5.1.2.2. A solicitação de execução de serviço, quando prevista para início da execução do trabalho, será emitida pelo contratante, devendo conter no mínimo a identificação do pedido, a identificação do contratado, a identificação e a descrição do serviço a serem realizados, avaliação e ateste dos serviços realizados, os quais não podem ter nenhum vínculo com o contratado.

Local da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Hospital Giselda Trigueiro, Rua Cônego Monte, nº 110-Quintas/Natal/RN, na Central de Material de Esterilização.

Materiais a serem disponibilizados

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. **Especificações técnicas:** a manutenção do autoclave inclui a inspeção, diagnóstico e reparo dos sistemas mecânico, elétrico e de controle, visando restaurar o funcionamento seguro e eficiente do equipamento. O processo envolve:

5.4.1. **Avaliação técnica:** verificação do funcionamento geral, conformidade com o ciclo de esterilização, controle de temperatura e pressão, integridade do equipamento, sistema de segurança, desempenho do ciclo, manutenção e limpeza, conformidade com as normas e regulamentos, eficiência energética e condição dos materiais esterilizados.

5.4.2. **Substituição de peças:** Identificação e troca de componentes danificados ou desgastados.

5.4.2.1. A substituição de peças e ou componentes durante o conserto deverão ser comunicadas formalmente ao fiscal do contrato, contendo no comunicado o motivo da substituição e as providências que se fizeram cabíveis.

5.4.2.2. As peças substituídas em virtude da manutenção corretiva são de propriedade da CONTRATANTE, devendo ser recolhidas e entregues pela CONTRATADA ao fiscal do contrato.

5.5. **Ajustes e regulagens:** ajustes de temperatura e pressão, inspeção e ajuste de válvulas, regulação de ciclos, manutenção do sistema de aquecimento, regulação do sistema de água, verificação de portas e juntas, atualização de software, testes e indicadores de funcionamento, limpeza interna e externa e treinamento do orientador.

5.6. **Testes operacionais:** Realização de testes como de segurança e integridade, desempenho do ciclo, esterilização e monitoramento contínuo, simulando as condições normais de operação para assegurar o pleno funcionamento do autoclave.

5.7. **Relatório técnico:** Emissão de relatório detalhado sobre as intervenções realizadas e a condição atual do equipamento, garantindo conformidade com normas de segurança e regulamentações locais.

5.8. **Especificações de segurança:** São de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus algum para a CONTRATANTE, todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) necessários à realização do serviço de manutenção.

A execução do contrato será monitorada de forma contínua pelos fiscais e gestores designados, que adotarão mecanismos de acompanhamento, controle de desempenho e avaliação dos serviços prestados. (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

Para garantir a efetividade da supervisão, serão adotados os seguintes critérios objetivos de desempenho:

Qualidade da execução: verificação da conformidade dos serviços prestados em relação aos padrões técnicos exigidos no Termo de Referência e demais normativas aplicáveis;

Cumprimento do cronograma: controle dos prazos estabelecidos, registrando eventuais atrasos e suas justificativas;

Índice de retrabalho e não conformidades: percentual de serviços que apresentaram falhas ou necessidade de correção, conforme registros do fiscal do contrato;

Satisfação da unidade demandante: avaliação periódica junto aos usuários para aferir a qualidade dos serviços recebidos;

Responsabilidade da Contratada: tempo de resposta a solicitações da Administração, incluindo esclarecimentos, correções e cumprimento de determinações contratuais.

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

Especificação da garantia das peças (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.9. O prazo de garantia das peças é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A Contratante poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Do gestor de contrato

6.5. Caberá ao gestor de contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, conforme art. 47 do [Decreto Estadual nº 32.449/2023](#).

6.5.1. analisar a documentação que antecede o pagamento;

6.5.2. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada;

6.5.3. analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

6.5.4. analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

6.5.5. analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

6.5.6. acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

6.5.7. decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

6.5.8. efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da Contratada;

6.5.9. ratificar e encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais previamente conferidas e atestadas pelos fiscais de contrato;

6.5.10. coordenar a instrução processual necessária ao encaminhamento e à formalização do procedimento administrativo de aplicação de sanções;

6.5.11. elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

6.5.12. desempenhar outras atividades compatíveis com a função. Parágrafo único. O gestor de contratos deverá ser, preferencialmente, servidor ou empregado público efetivo pertencente ao quadro permanente da Contratante.

Do fiscal de contrato

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117, caput, da [Lei nº 14.133/21](#).

6.7. Além das regras relativas à atuação do fiscal de contrato, previstas no § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caberá ao fiscal de contrato e, ao seu substituto nas hipóteses de seus afastamentos e impedimentos legais, o disposto no art. 18 do [Decreto Estadual 32.449/2023](#):

6.7.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

6.7.2. anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.7.3. fiscalizar a execução do contrato, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;

6.7.4. comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;

6.7.5. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando for o caso;

6.7.6. manter contato com o preposto da Contratada, e caso necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva;

6.7.7. efetivar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

6.7.8. sugerir à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

6.7.9. notificar formalmente a Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;

6.7.10. desempenhar outras atividades compatíveis com a função.

6.8. O fiscal de contrato registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, assim como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos identificados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis ([Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 49](#)).

6.8.1. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

6.8.1.1. os resultados obtidos em relação à Contratada, com a conferência dos prazos de execução e da qualidade demandada;

6.8.1.2. os recursos humanos aplicados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

6.8.1.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

6.8.1.4. a conformidade dos serviços fornecidos à prática de execução determinada;

6.8.1.5. o cumprimento dos demais deveres decorrentes do contrato;

6.8.1.6. a satisfação do público usuário.

6.8.2. O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço.

6.8.3. Em havendo o subdimensionamento de que trata o 6.8.2, o fiscal do contrato deverá comunicar à autoridade responsável para que promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os requisitos de alteração previstos no Capítulo VII do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.8.4. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada deles, conforme o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como:

6.8.4.1. marca;

6.8.4.2. qualidade;

6.8.4.3. forma de uso.

6.9. O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal de contrato e o recebimento definitivo do gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente, conforme art. 50 do [Decreto Estadual nº 32.449/2023](#).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades Contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

A fiscalização do contrato aplicará a retenção ou glosa sobre o valor da fatura mensal com base nos seguintes indicadores e metas:

Critério de Desempenho	Indicador	Meta Mínima Aceitável	Fator de Glosa (sobre o valor da fatura mensal)
Cumprimento do plano de manutenção preventiva	Percentual de visitas preventivas realizadas conforme cronograma	100,00%	5% por visita preventiva não realizada ou realizada fora do prazo, limitado a 20%
Tempo de resposta para manutenção corretiva	Horas úteis entre a abertura do chamado e o agendamento da visita	≤ 12 horas úteis	3% por hora adicional de atraso, limitado a 18%
Tempo de reparo do equipamento	Horas corridas entre a chegada do técnico e o retorno da autoclave à operação normal	≤ 48 horas corridas	2% por hora adicional, limitado a 15%
Taxa de sucesso na primeira intervenção	Percentual de chamados corretivos resolvidos sem necessidade de nova visita	≥ 95%	4% por ponto percentual abaixo da meta, limitado a 12%
Qualidade da manutenção (pós-reparo)	Autoclave opera normalmente por pelo menos 15 dias corridos sem nova falha no mesmo componente	100% dos reparos	8% por cada recorrência da mesma falha no período de 15 dias, limitado a 20%
Disponibilidade operacional da autoclave	Percentual de tempo em que a autoclave está apta ao uso no horário contratual	≥ 97%	2% por hora de indisponibilidade não programada, limitado a 25%
Documentação técnica entregue	Relatórios de manutenção (preventiva e corretiva) entregues em até 24 horas após o serviço	100,00%	2% por relatório em atraso ou incompleto, limitado a 10%
Satisfação da unidade demandante	Média das avaliações mensais (nota de 0 a 10) sobre: pontualidade, qualidade do serviço, clareza das informações	≥ 8,5	2% por décimo abaixo da nota 8,5, limitado a 10%

Não haverá glosa quando o descumprimento decorrer comprovadamente de:

Fato exclusivo da unidade hospitalar;

Caso fortuito ou força maior, greve ou paralisação do serviço de transporte que impeça a entrega de insumos, desde que devidamente comprovada.

Caso a soma das glosas em três meses consecutivos ultrapasse 30% do valor total da fatura em cada mês, a Administração poderá rescindir o contrato unilateralmente, com aplicação das sanções previstas no edital.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 dias, pelos fiscais, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, em conformidade com o art. 140, I, da Lei nº 14.133/21 e art. 50 do Decreto Estadual nº 32.449/2023.

7.2.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.2.2. O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal de contrato e o recebimento definitivo do gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente.

7.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.1. A Contratada fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório, conforme art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133/21.

7.3.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.3.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([§ 4º do art. 88 da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.5.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.5.4. Ratificar e encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais previamente conferidas e atestadas pelos fiscais de contrato;

7.5.5. Enviar a documentação ao setor pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato, da Contratada e da Contratante;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar; e
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

7.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito da SESAP, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O prestador de serviços será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- 8.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.15. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.16. Caso o Licitante seja considerado isento dos tributos Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.17. O Licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
- 8.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#).

Qualificação Técnica

- 8.20. **Qualificação Técnica:** Para fins de habilitação técnica, a licitante deverá atender aos seguintes requisitos:

- I - Registro da Empresa no Conselho Profissional: Apresentar certidão de registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, válida na data da apresentação da proposta, contendo a indicação do(s) responsável(is) técnico(s).
- II - Responsável Técnico: Comprovar possuir profissional de nível superior, com formação em Engenharia Biomédica ou Engenharia Elétrica, Eletrônica ou Mecânica com especialização em engenharia clínica, devidamente registrado no CREA.
- III - Comprovação de Vínculo Profissional: O vínculo do responsável técnico com a empresa deverá ser comprovado por meio de contrato social, contrato de trabalho, ficha de registro de empregado ou contrato de prestação de serviços.
- IV - Certidão de Acervo Técnico (CAT): Apresentar CAT emitida pelo CREA, em nome do responsável técnico, comprovando experiência em serviços compatíveis com o objeto, tais como manutenção de autoclaves hospitalares e qualificação térmica.
- V - Atestado de Capacidade Técnica: Apresentar atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando execução de serviços compatíveis, incluindo manutenção preventiva e corretiva e qualificação térmica de autoclaves hospitalares, contendo identificação do contratante, período e descrição dos serviços.
- VI - Experiência Mínima: Comprovar experiência mínima de 01 (um) ano na execução de serviços de manutenção em autoclaves hospitalares ou equipamentos de esterilização, admitida a soma de atestados.
- VII - Equipamentos para Qualificação Térmica: Comprovar possuir equipamentos ou sistemas adequados para realização de qualificação térmica.
- VIII - Certificados de Calibração: Apresentar certificados de calibração vigentes dos instrumentos utilizados nos serviços de qualificação térmica e calibração, com rastreabilidade metrológica a padrões nacionais ou internacionais, preferencialmente emitidos por laboratório acreditado.
- IX - Relatórios Técnicos de Qualificação Técnica: Comprovar capacidade técnica para emissão de relatórios de qualificação térmica, contendo no mínimo: mapeamento térmico da câmara; identificação de pontos frios; registro das curvas de temperatura x tempo; análise da uniformidade térmica; avaliação do ciclo de esterilização.
- X - Capacidade Operacional: Apresentar: A licitante deverá apresentar declaração de que possui instalações, instrumentos e equipe técnica qualificada para execução dos serviços de: manutenção preventiva; manutenção corretiva; calibração; qualificação térmica de autoclaves hospitalares.
- XI - Declaração de Conhecimento: A licitante deverá apresentar declaração de que tomou conhecimento de todas as condições necessárias à execução dos serviços, não podendo alegar posteriormente desconhecimento das características técnicas dos equipamentos ou das instalações.
- XII - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART): Após a assinatura do contrato, a empresa vencedora deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA referente à execução dos serviços contratados.
- XIII - Capacidade de Fornecimento de Peças: Apresentar documentação que comprove capacidade de fornecimento de peças e componentes, tais como notas fiscais, contratos com fornecedores ou declaração de representação técnica.

9.1. O preço total estimado da contratação é de R\$ 29.496,85 (vinte e nove mil, quatrocentos e noventa e seis reais e oitenta e cinco centavos), sendo para a manutenção preventiva o valor anual de R\$ 9.050,12 (nove mil, cinquenta reais e doze centavos) e manutenção corretiva o valor de R\$ 20.446,73 (vinte mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e setenta e três centavos), conforme Mapa de Pesquisa, (ID. 37589967, 37590122) e a Planilha com a Memória de Cálculo, (ID. 37590329), Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

Na determinação do método estatístico aplicado para definição do valor estimado, utiliza-se o coeficiente de variação como medida de dispersão que fornece a oscilação dos dados obtidos em relação à média. No coeficiente de variação igual ou inferior a 25%, considerado baixo, aplica-se a média como método estatístico. Se ele for superior a 25%, o coeficiente indica a presença de valores extremos afetando a média, situação em que se aplica a mediana como método estatístico.

Nesse sentido, diante do resultado de coeficiente de variação inferior a 25% para as cestas de preços (ID. 37589967, 37590122), percebe-se a composição de preços homogêneos. Assim, optou-se por aplicar a média aritmética simples (valor que se obtém somando o valor de todos os dados e dividindo a soma pelo número de dados) como método estatístico para os itens em questão.

Para obtenção do resultado desta pesquisa, não foram considerados os preços excessivamente elevados e os inexequíveis. Logo, estes não fazem parte da cesta de preços válida utilizada para mensuração do valor estimado da contratação e apresentada na Pesquisa Mercadológica - Manutenção preventiva e corretiva (ID. 37589967, 37590122). Para tanto, classificou-se como excessivamente elevados os preços que estejam acima de 25% da média dos demais valores obtidos. Enquanto os preços classificados como inexequíveis foram aqueles que, já excluídos os excessivos, estejam abaixo de 75% da média dos demais valores obtidos.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos abaixo descritos:

Projeto de Atividade: 241315 24131 238201 - Manutenção das Unidades Hospitalares.

Elemento de Despesa¹: 33.90.30.58 - Material p/ Manutenção de Equipamento Hospitalar.

Elemento de Despesa²: 33.90.39.17 - Manutenção de Equipamentos.

Fonte de Recurso: 0.6.00.000600 - Recursos do SUS 160 060000600.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da Contratante:

11.1.1. Designar uma comissão ou servidor para acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

11.1.2. Acompanhar a execução e inspecionar os serviços objeto deste contrato, com amplos poderes para recusá-los ou sustá-los, desde que não estejam de acordo com as normas nele estabelecidas;

11.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

11.1.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.1.5. Fiscalizar as substituições de peças a fim de garantir que só sejam utilizadas peças novas e autorizadas pelo fabricante do equipamento;

11.1.6. Comunicar imediatamente a empresa contratada qualquer irregularidade apresentada no funcionamento do equipamento, interrompendo seu uso e comprometendo a guarda dos imunobiológicos;

11.1.7. Notificar, expressamente, a Contratada a respeito de quaisquer irregularidades constatada na prestação dos serviços;

11.1.8. Atestar nas notas fiscais a efetiva manutenção preventiva e manutenção corretiva deste Termo Referência, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

11.1.9. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a manutenção preventiva e a manutenção corretiva deste Termo de Referência, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

11.1.10. Notificar à Contratada, por escrito, as sanções e penalidades quando for o caso;

11.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, no Edital, em seus anexos e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

12.1.1. Executar os serviços de manutenção preventiva e de manutenção corretiva em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância às especificações no Termo de Referência e seus anexos, acompanhados da respectiva nota fiscal.

12.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, referente a manutenção corretiva, de acordo com os [artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#);

12.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, no prazo máximo de 10 (dez);

12.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.5. Atender prontamente às exigências da SESAP, constantes no Edital, inerentes ao objeto da presente licitação;

12.1.6. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como seguir a [Lei Estadual nº 10.783, de 22 de outubro de 2020](#), que determina o preenchimento das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência;

12.1.7. responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

12.1.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

12.2. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

13. A CONTRATADA OBRIGA-SE, ALÉM DAS OBRIGAÇÕES A ELA INERENTES PREVISTAS:

- 13.1. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigida na licitação.
- 13.2. Executar o objeto da presente licitação, manutenção preventiva e corretiva, no endereço indicado pela Contratante, dentro do prazo constante da proposta, contado desde o recebimento da Nota de Empenho, nas especificações, quantidades e no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas (horário local) de segunda a sexta-feira.
- 13.3. Responder pelos vícios e defeitos dos materiais e assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da aquisição e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, na execução do contrato.
- 13.4. Responder por todos os custos de manutenção (fornecimento e substituição de peças com vícios, falhas ou com defeito de fabricação bem como a mão-de-obra para a sua instalação) e não serão de responsabilidade da CONTRATANTE durante o período de garantia.

A CONTRATADA deve iniciar a execução do presente contrato imediatamente na data de início de sua vigência, adotando todas as providências necessárias ao fiel cumprimento de suas obrigações, sob pena de responsabilização pelos danos causados em decorrência de sua inexecução, total ou parcial.

Havendo interesse da Contratada em rescindir o presente contrato ou em não prorrogar sua vigência, deverá a mesma comunicar formalmente sua intenção à Contratante com antecedência mínima de 06 (seis) meses. Durante esse período, a Contratada se obriga a manter integralmente a execução dos serviços contratados, nas mesmas condições pactuadas, a fim de viabilizar que a Administração Pública promova a formalização de novo instrumento contratual, evitando prejuízos aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e a descontinuidade das atividades essenciais da unidade hospitalar.

14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

14.1. O licitante ou a Contratada será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO	POSSÍVEL SANÇÃO
Dar causa à inexecução parcial do contrato	Advertência
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar e contratar
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar e contratar
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Impedimento de licitar e contratar
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar e contratar
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na [Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), as seguintes sanções:

- 14.2.1. advertência;
- 14.2.2. multa;
- 14.2.3. impedimento de licitar e contratar;
- 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista de Multa, calculada em caso de atraso na execução do serviço entrega dos equipamentos, será cobrada multa no valor de 0,1% por dia de atraso, calculada sobre o valor total dos insumos em mora, limitada a 30 (trinta) dias.

§ 4º A sanção prevista do Impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do [art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista da Declaração de Inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do [art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida da Declaração de Inidoneidade quando aplicada pela Contratada, ela será de competência exclusiva do Diretor Geral e será precedida de análise jurídica.

§ 7º As sanções previstas da Advertência, Impedimento de licitar e contratar e Declaração de Inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a de Multa.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.3. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do **caput** do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.4. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do [art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pela Comissão de Gerenciamento de Contratos, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.5. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

14.6. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

14.7. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

14.8. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa de mora, na forma prevista neste Termo de Referência ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a SESAP a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#).

14.9. É admitida a reabilitação do licitante ou a Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

14.9.1 reparação integral do dano causado à Administração Pública;

14.9.2. pagamento da multa;

14.9.3. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

14.9.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

14.9.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

15. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. Os contratos provenientes desta licitação regular-se-ão pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, conforme estabelecido na [Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#).

15.2. A Contratante convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato, que deverá assiná-lo dentro do prazo de até 5 (cinco) dias úteis após convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#).

§ 1º O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Contratada.

§ 2º Será facultado à Contratante, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

§ 3º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor da licitante.

15.3. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Contratada deverá verificar a regularidade fiscal da Contratada, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

15.4. O contrato passará a produzir efeitos a partir da publicação do extrato do termo de contrato ou documento equivalente no Diário Oficial do Estado.

16. DO REAJUSTE

16.1. Os preços são fixos e irredutíveis.

16.2. No caso de formalização de contrato:

- 16.2.1. Os preços são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 01 (um) ano contado do início da vigência do contrato.
- 16.2.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 16.2.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 16.2.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 16.2.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo. 16.2.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 16.2.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 16.2.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

17. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 17.1. As condições para extinção
- 17.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas no [art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 17.3. A extinção do contrato poderá ser:
- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial. ([art. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).
- 17.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 17.5. Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da Contratante, a Contratada será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.
- 17.6. Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da Contratada, esta sofrerá as sanções previstas no termo de contrato.
- 17.7. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Contratante, de acordo com a [Lei Federal nº 14.133/2021](#) em sua atual redação, pelo [Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023](#) e suas alterações, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do direito.
- 18.2. O presente documento segue assinado pela equipe de planejamento, que deverá ter aprovação da autoridade competente, pela conveniência e oportunidade, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do [art. 12, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 303/2005](#).

ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 00610719.000045/2024-02

Unidade Gestora: Hospital Giselda Trigueiro

CONTRATO Nº __/2026.	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM REPOSIÇÃO TOTAL DE PEÇAS, PARA UM AUTOCLAVE DA MARCA PHOENIX LUFERCO, EQUIPAMENTO/MODELO: 04020107 AHCM DZ 2P - 39209, SÉRIE: 07423, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, DE FORMA CONTINUADA, COM POSSÍVEL PRORROGAÇÃO NOS TERMOS DA LEI 14.133/2021 E DECRETO Nº 32.449/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA, REPRESENTADA POR SUA UNIDADE ADMINISTRATIVA HOSPITAL GISELDA TRIGUEIRO E EMPRESA _____.
----------------------	---

O Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretaria do Estado da Saúde Pública, representada por sua Unidade Administrativa **Hospital Giselda Trigueiro**, com sede na Rua Cônego Monte, 110 – Quintas - Natal/RN, inscrita sob o CNPJ nº 08.241.754/0109-65, neste ato representada pelo seu titular **André Luciano de Araújo Prudente**, brasileiro, residente e domiciliado à Rua Pastor Gabino Brelaz, 1419, Cond. Ilha do Atlântico, aptº 302, Capim Macio, Natal/RN, CEP: 59082-010, inscrito sob o CPF/MF nº 187.177.518-37, de agora em diante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à Rua _____ - CEP: _____, Fone: _____, E-MAIL: _____, representada por _____, CPF nº _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, consoante as disposições da Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 32.449/2023, em sua atual redação, ante a homologação do PREGÃO ELETRÔNICO Nº __/____, celebram o presente CONTRATO, mediante as cláusulas e condições abaixo pactuadas:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**
- 1.1. O objeto deste instrumento é a Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição total de peças, para um autoclave da marca PHOENIX LUFERCO, equipamento/modelo: 04020107 AHCM DZ 2P - 39209, Série: 07423, por um período de 12 (doze) meses, de forma continuada, com possível prorrogação nos termos da lei 14.133/2021, para atender às necessidades do Hospital Giselda Trigueiro, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e anexos.
- 1.2. Descrição quantitativa e qualitativa dos itens:

LOTE 1				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TOMBO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Manutenção preventiva em autoclave da marca Phoenix Lufenco, modelo 04020107 AHCM DZ 2P - 39209, Série 07423, utilizada no processo de esterilização.	284149	Bimestral	06

2	Manutenção corretiva (incluindo reposição de peças, material e mão de obra) em autoclave da marca Phoenix Luferco, modelo 04020107 AHCM DZ 2P - 39209, Série 07423, utilizada no processo de esterilização.	284149	Mensal	12
---	---	--------	--------	----

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência que embasou a contratação,
- b) O Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026;
- c) A Proposta do Contratado;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

2.1. A contratação objeto deste documento obrigacional é celebrada com base no resultado, homologação em ____/____/____ e adjudicação do Certame Licitatório - PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____ - Processo SEI nº 00610719.000045/2024-02, fundamento sob a égide da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 202

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE:

- 3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados de ____/____/2026 à ____/____/2027, podendo ser prorrogado, na forma dos artigos 107 e 106 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.2. A execução do presente contrato deverá iniciar-se imediatamente na data de início de sua vigência, obrigando-se a CONTRATADA a adotar todas as providências necessárias para o pronto cumprimento de suas obrigações, sob pena de responsabilização pelos danos causados em decorrência de sua inexecução, total ou parcial.
- 3.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
- 3.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 3.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 3.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

- 4.1. Ao presente instrumento é atribuído o valor total estimativo de ____ (_____) distribuído em 12 (doze) parcelas no valor de ____ (_____), a fim de custear o período compreendido entre ____/____/2026 à ____/____/2027.
- 4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 5.1. O valor estimado deste instrumento, no exercício financeiro em curso, é de R\$ ____ (_____), distribuído em ____ (_____) parcelas no valor de ____ (_____), para custear o período de ____ a ____/____/____.
- 5.2. As despesas decorrentes da execução deste contrato, serão custeadas com recursos orçamentários da contratante assim classificados:

- Projeto de Atividade: **241315 24131 238201 - Manutenção das Unidades Hospitalares.**
- Elemento de Despesa¹: **33.90.30.58 - Material p/ Manutenção de Equipamento Hospitalar.**
- Elemento de Despesa²: **33.90.39.17 - Manutenção de Equipamentos.**
- Fonte de Recursos: **0.6.00.000600 - Recursos do SUS 160 060000600.**

PARÁGRAFO ÚNICO: As despesas no valor de R\$ ____ (_____), destinados a custear o período compreendido entre 01/01 à ____/____/2027, serão inclusas na Programação Orçamentária do Exercício de 2027.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

- 6.1.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.
- 6.1.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- a) não produzir os resultados acordados;
 - b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades Contratadas.

6.1.3. A fiscalização do contrato aplicará a retenção ou glosa sobre o valor da fatura mensal com base nos seguintes indicadores e metas:

Critério de Desempenho	Indicador	Meta Mínima Aceitável	Fator de Glosa (sobre o valor da fatura mensal)
Cumprimento do plano de manutenção preventiva	Percentual de visitas preventivas realizadas conforme cronograma	100,00%	5% por visita preventiva não realizada ou realizada fora do prazo, limitado a 20%
Tempo de resposta para manutenção corretiva	Horas úteis entre a abertura do chamado e o agendamento da visita	≤ 12 horas úteis	3% por hora adicional de atraso, limitado a 18%
Tempo de reparo do equipamento	Horas corridas entre a chegada do técnico e o retorno da autoclave à operação normal	≤ 48 horas corridas	2% por hora adicional, limitado a 15%
Taxa de sucesso na primeira intervenção	Percentual de chamados corretivos resolvidos sem necessidade de nova visita	≥ 95%	4% por ponto percentual abaixo da meta, limitado a 12%
Qualidade da manutenção (pós-reparo)	Autoclave opera normalmente por pelo menos 15 dias corridos sem nova falha no mesmo componente	100% dos reparos	8% por cada recorrência da mesma falha no período de 15 dias, limitado a 20%
Disponibilidade operacional da autoclave	Percentual de tempo em que a autoclave está apta ao uso no horário contratual	≥ 97%	2% por hora de indisponibilidade não programada, limitado a 25%
Documentação técnica entregue	Relatórios de manutenção (preventiva e corretiva) entregues em até 24 horas após o serviço	100,00%	2% por relatório em atraso ou incompleto, limitado a 10%
Satisfação da unidade demandante	Média das avaliações mensais (nota de 0 a 10) sobre: pontualidade, qualidade do serviço, clareza das informações	≥ 8,5	2% por décimo abaixo da nota 8,5, limitado a 10%

6.1.4. Não haverá glosa quando o descumprimento decorrer comprovadamente de:

- I - Fato exclusivo da unidade hospitalar;
- II - Caso fortuito ou força maior, greve ou paralisação do serviço de transporte que impeça a entrega de insumos, desde que devidamente comprovada.

6.1.5. Caso a soma das glosas em três meses consecutivos ultrapasse 30% do valor total da fatura em cada mês, a Administração poderá rescindir o contrato unilateralmente, com aplicação das sanções previstas no edital.

6.1.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- 6.1.6.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (§ 4º do art. 88 da Lei nº 14.133/2021).
- 6.1.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
- 6.1.6.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
- 6.1.6.4. Ratificar e encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais previamente conferidas e atestadas pelos fiscais de contrato;
- 6.1.6.5. Enviar a documentação ao setor pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 6.1.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 6.1.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 6.1.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita

execução do contrato.

6.2. DA LIQUIDACÃO:

6.2.1. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

6.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato, da Contratada e da Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

6.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em contratações públicas, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

6.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.8. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

6.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.10. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

6.11. DA FORMA DE PAGAMENTO:

6.11.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

6.11.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.11.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.11.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.11.5. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.11.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

6.11.7. Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6.11.8. O pagamento será realizado em reais ou moeda sucedânea, do Banco do Brasil - Agência 2870-3, Conta Corrente nº 41000-4.

6.11.9. A Contratante não aceitará cobrança bancária.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE:

7.1. Os preços são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 01 (um) ano contado do início da vigência do contrato.

7.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

8.1. O objeto da presente contratação caracteriza-se como serviço comum, de natureza contínua, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser executado por empresa especializada.

8.2. O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.

8.3. Requisitos Técnicos: A contratada deverá:

- I - comprovar capacidade técnica compatível com o objeto;
- II - executar os serviços em conformidade com normas técnicas aplicáveis e recomendações do fabricante;
- III - utilizar peças originais ou devidamente certificadas; IV - disponibilizar profissionais qualificados;
- IV - assegurar a rastreabilidade dos serviços executados;
- V - observar integralmente a RDC nº 15/2012 da ANVISA.

8.4. Requisitos Legais: A contratada deverá:

- I - atender às exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica;
- II - observar as disposições da Lei nº 14.133/2021;
- III - cumprir a legislação sanitária aplicável;
- IV - respeitar as normas do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

8.5. Requisitos Operacionais:: A execução contratual deverá observar:

- I - atendimento sob demanda para manutenção corretiva;
- II - execução de manutenção preventiva conforme cronograma;
- III - disponibilização de canais formais de comunicação;
- IV - prazo de atendimento de até 48 (quarenta e oito) horas;
- V - registro formal das intervenções realizadas.

8.6. Requisitos Econômicos: A contratação deverá observar os princípios da economicidade e da vantajosidade, sendo o pagamento condicionado à efetiva execução dos serviços, nos termos contratuais.

8.7. Gestão e Fiscalização do Contrato: A execução contratual será acompanhada por gestor e fiscal designados, cabendo-lhes monitorar a execução, verificar a conformidade dos serviços, registrar ocorrências e adotar as providências necessárias.

8.8. Especificações dos Serviços:

8.8.1. Manutenção preventiva: 06 (seis) intervenções anuais.

8.8.2. Manutenção corretiva: até 12 (doze) intervenções anuais, conforme necessidade.

8.8.3. As peças deverão ser originais, com garantia mínima de 90 (noventa) dias, sendo sua substituição realizada sem ônus adicional à Administração em caso de defeito.

8.8.4. A contratada deverá apresentar declaração formal de que possui pleno conhecimento das condições necessárias para a execução dos serviços.

8.9. Condições de execução

8.9.1. A execução do presente contrato deverá iniciar-se imediatamente na data de início de sua vigência.

8.9.2. Os mecanismos de comunicação entre o órgão e a prestadora dos serviços na execução do contrato deverá ser o correio eletrônico (e-mail), whatsapp, e um ou dois contatos móveis a serem fornecidos pela empresa como dados essenciais e presentes no contrato, a serem utilizados pelo Gestor e pelo agente Fiscal do respectivo instrumento.

8.9.3. A data de realização do serviço deve ser previamente agendada com o fiscal ou gestor do contrato.

- 8.9.4. A empresa CONTRATADA se responsabilizará pela assistência preventiva e corretiva (substituição de peças) do equipamento, sem ônus para a contratante.
- 8.9.5. A CONTRATADA quando chamada para solucionar problemas técnicos no equipamento, terá o prazo de 12 (doze) horas para responder ao mesmo, que poderá ser feito por telefone e ou e-mail e terá no máximo 48 (quarenta e oito) horas para solucionar o problema ou defeito constatado.
- 8.9.6. A empresa CONTRATADA se responsabilizará por todo o custo referente ao transporte, instalação, reposição de peças e assistência técnica, não cabendo a CONTRATANTE nenhum custo relativo ao objeto e seu devido funcionamento.
- 8.9.7. Manter durante a execução do contrato as mesmas condições exigidas para habilitação da licitação(regularidade fiscal).
- 8.9.8. A contratada deverá apresentar obrigatoriamente, um relatório detalhado dos serviços executados a cada mês.
- 8.10. **Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:**
- 8.10.1. Manutenção Preventiva: - Será realizada a manutenção preventiva BIMESTRALMENTE, totalizando 6 (seis) manutenções durante um período de 12 (doze) meses, objetivando evitar falhas e ou soluções de continuidade e visando ainda garantir o funcionamento pleno do equipamento em questão e deverá ser executada a partir de um plano serviços elaborado pela área demandante, que determine prazos e obrigações através de um cronograma de tarefas e assim diminuir a depreciação da vida útil do equipamento.
- 8.10.2. Manutenção Corretiva: Será realizada a manutenção corretiva, conforme a necessidade. Visando a correção de falhas que causem paralisação ao equipamento e provoquem a substituição de peças ou acessórios, que deverão ser originais de fábrica. A reposição de todas as peças a serem utilizadas deverão estar discriminadas em nota fiscal, lacradas para conferência e especificando a garantia.
- 8.10.3. Procedimento(s): Realizar a manutenção corretiva do equipamento, na data e horário fixados na ordem de execução de serviço, considerando as especificações técnicas e operacionais do equipamento, conforme estabelecido pelo fabricante, devendo também comprovar o perfeito desempenho operacional do equipamento; Apresentar relatório ou laudo técnico, contendo obrigatoriamente, para o equipamento, o número de registro patrimonial, a descrição resumida, a descrição do defeito apresentado, os procedimentos, classificações e resultados, as recomendações técnicas, as peças, componentes e acessórios substituídos e as observações, laudos técnicos pertinentes em caso de impossibilidade de realização dos serviços.
- 8.10.4. Local e horário: Na Central de Material e Esterilização do Hospital Giselda Trigueiro que fica localizado na Rua Cônego Monte, 110 Bairro: Quintas, CEP: 59037-170 , na data e horário fixados na ordem de execução de serviço.
- 8.10.5. As ocorrências por motivo de força maior que impossibilitem o início da execução do objeto na data fixada deverão ser comunicadas pelo contratado por escrito com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
- 8.10.6. Prazo para conclusão da execução do trabalho deverá ser de no máximo 10 (dez) dias a contar do início da execução dos serviços, podendo ser prorrogado mediante justificativa por escrito apresentada pelo contratado antes do vencimento e aceita pela Administração.
- 8.10.7. A solicitação de execução de serviço, quando prevista para início da execução do trabalho, será emitida pelo contratante, devendo conter no mínimo a identificação do pedido, a identificação do contratado, a identificação e a descrição do serviço a serem realizados, avaliação e ateste dos serviços realizados, os quais não podem ter nenhum vínculo com o contratado.
- 8.10.8. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.
- 8.10.9. Especificações técnicas: a manutenção do autoclave inclui a inspeção, diagnóstico e reparo dos sistemas mecânico, elétrico e de controle, visando restaurar o funcionamento seguro e eficiente do equipamento. O processo envolve:
- 8.10.10. Avaliação técnica: verificação do funcionamento geral, conformidade com o ciclo de esterilização, controle de temperatura e pressão, integridade do equipamento, sistema de segurança, desempenho do ciclo, manutenção e limpeza, conformidade com as normas e regulamentos, eficiência energética e condição dos materiais esterilizados.
- 8.10.11. Substituição de peças: Identificação e troca de componentes danificados ou desgastados.
- 8.10.12. A substituição de peças e ou componentes durante o conserto deverão ser comunicadas formalmente ao fiscal do contrato, contendo no comunicado o motivo da substituição e as providências que se fizeram cabíveis.
- 8.10.13. As peças substituídas em virtude da manutenção corretiva são de propriedade da CONTRATANTE, devendo ser recolhidas e entregues pela CONTRATADA ao fiscal do contrato.
- 8.10.14. Ajustes e regulagens: ajustes de temperatura e pressão, inspeção e ajuste de válvulas, regulagem de ciclos, manutenção do sistema de aquecimento, regulagem do sistema de água, verificação de portas e juntas, atualização de software, testes e indicadores de funcionamento, limpeza interna e externa e treinamento do orientador.
- 8.10.15. Testes operacionais: Realização de testes como de segurança e integridade, desempenho do ciclo, esterilização e monitoramento contínuo, simulando as condições normais de operação para assegurar o pleno funcionamento do autoclave.
- 8.10.16. Relatório técnico: Emissão de relatório detalhado sobre as intervenções realizadas e a condição atual do equipamento, garantindo conformidade com normas de segurança e regulamentações locais.
- 8.10.17. Especificações de segurança: São de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus algum para a CONTRATANTE, todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) necessários à realização do serviço de manutenção.
- 8.11. A execução do contrato será monitorada de forma contínua pelos fiscais e gestores designados, que adotarão mecanismos de acompanhamento, controle de desempenho e avaliação dos serviços prestados. (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- 8.12. Para garantir a efetividade da supervisão, serão adotados os seguintes critérios objetivos de desempenho:
- a) **Qualidade da execução:** verificação da conformidade dos serviços prestados em relação aos padrões técnicos exigidos no Termo de Referência e demais normativas aplicáveis;
 - b) **Cumprimento do cronograma:** controle dos prazos estabelecidos, registrando eventuais atrasos e suas justificativas;
 - c) **Índice de retrabalho e não conformidades:** percentual de serviços que apresentaram falhas ou necessidade de correção, conforme registros do fiscal do contrato;
 - d) **Satisfação da unidade demandante:** avaliação periódica junto aos usuários para aferir a qualidade dos serviços recebidos;
 - e) **Responsabilidade da Contratada:** tempo de resposta a solicitações da Administração, incluindo esclarecimentos, correções e cumprimento de determinações contratuais.
- 8.13. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
9. **CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:**
- 9.1. Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia para a execução contratual constitui faculdade da Administração, sendo que, no presente caso, sua dispensa é adotada de forma motivada e circunstanciada, em conformidade com os elementos constantes do Estudo Técnico Preliminar, do Termo de Referência e do Edital.
- 9.2. A não exigência de garantia justifica-se em razão das características do objeto contratado, o qual apresenta baixa complexidade técnica, reduzido vulto econômico e limitado risco de inadimplemento, não demandando, para sua execução, a alocação significativa de recursos por parte da contratada. Ademais, as condições de execução e pagamento previstas estão condicionadas à efetiva execução e ao atesto do serviço, o que contribui para a mitigação de riscos contratuais.
- 9.3. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da Administração especialmente designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, cabendo-lhe o monitoramento contínuo do cumprimento das obrigações assumidas, em estrita observância ao disposto no presente instrumento contratual.
- 9.4. Na hipótese de inadimplemento, total ou parcial, serão aplicadas à contratada as sanções administrativas cabíveis, inclusive multas e demais penalidades previstas na legislação e nos instrumentos convocatório e contratual, as quais se mostram suficientes para resguardar o interesse público e assegurar a fiel execução do objeto. Dessa forma, diante da análise do risco da contratação e dos mecanismos de controle e responsabilização existentes, considera-se adequada a dispensa da exigência de garantia contratual, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e razoabilidade.
10. **CLÁUSULA DÉCIMA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:**
- 10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- 10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 10.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- 10.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 10.5. A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 10.6. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 10.7. Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 10.8. A inadimplência da Contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 10.9. As comunicações entre o órgão e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim
- 10.10. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 10.11. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão convocará o representante da empresa Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 10.12. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 10.13. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.
- 10.13.1. **Do gestor de contrato**
- 10.13.1.1. Caberá ao gestor de contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, conforme art. 47 do [Decreto Estadual nº 32.449/2023](#).
- a) analisar a documentação que antecede o pagamento;
 - b) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada;
 - c) analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

- d) analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- e) analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- f) acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- g) decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- h) efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da Contratada;
- i) ratificar e encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais previamente conferidas e atestadas pelos fiscais de contrato;
- j) coordenar a instrução processual necessária ao encaminhamento e à formalização do procedimento administrativo de aplicação de sanções;
- k) elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- l) desempenhar outras atividades compatíveis com a função. Parágrafo único. O gestor de contratos deverá ser, preferencialmente, servidor ou empregado público efetivo pertencente ao quadro permanente da Contratante.

10.13.1.2. Ficará responsável por desempenhar a função de gestor do contrato o(a) servidor(a) **PRISCILA ISABELE DE ASSIS CAMILO LESSA LIMA** - Matrícula nº 209.050-3.

10.13.2. **Do fiscal de contrato:**

10.13.2.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117, caput, da [Lei nº 14.133/21](#).

10.13.2.2. Além das regras relativas à atuação do fiscal de contrato, previstas no § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caberá ao fiscal de contrato e, ao seu substituto nas hipóteses de seus afastamentos e impedimentos legais, o disposto no art. 18 do [Decreto Estadual 32.449/2023](#):

- a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) fiscalizar a execução do contrato, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;
- d) comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;
- e) exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando for o caso;
- f) manter contato com o preposto da Contratada, e caso necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na execução dos serviços de manutenção;
- g) efetivar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- h) sugerir à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
- i) notificar formalmente a Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;
- j) desempenhar outras atividades compatíveis com a função.

10.13.3. O fiscal de contrato registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, assim como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos identificados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis ([Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 49](#)).

10.13.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

- a) os resultados obtidos em relação à Contratada, com a conferência dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b) os recursos humanos aplicados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- c) a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- d) a conformidade dos serviços fornecidos à prática de execução determinada;
- e) o cumprimento dos demais deveres decorrentes do contrato;
- f) a satisfação do público usuário.

10.13.5. O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço.

10.13.6. Em havendo o subdimensionamento de que trata o 6.8.2, o fiscal do contrato deverá comunicar à autoridade responsável para que promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os requisitos de alteração previstos no Capítulo VII do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.13.7. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada deles, conforme o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como:

- a) marca;
- b) qualidade;
- c) forma de uso.

10.13.8. O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal de contrato e o recebimento definitivo do gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente, conforme art. 50 do [Decreto Estadual nº 32.449/2023](#).

10.13.9. Ficará responsável por desempenhar a função de fiscal do contrato o(a) servidor(a): **JOYCILENE ARAÚJO ARAGÃO** - Matrícula nº 249.924-0.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES:

11.1. São obrigações e responsabilidades das partes afora outras previstas no presente Contrato, e às que por Lei lhe couberem:

11.1.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1.2. São obrigações da Contratante:

- 11.1.2.1. Designar uma comissão ou servidor para acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 11.1.2.2. Acompanhar a execução e inspecionar os serviços objeto deste contrato, com amplos poderes para recusá-los ou sustá-los, desde que não estejam de acordo com as normas nele estabelecidas;
- 11.1.2.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;
- 11.1.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 11.1.2.5. Fiscalizar as substituições de peças a fim de garantir que só sejam utilizadas peças novas e autorizadas pelo fabricante do equipamento;
- 11.1.2.6. Comunicar imediatamente a empresa contratada qualquer irregularidade apresentada no funcionamento do equipamento, interrompendo seu uso e comprometendo a guarda dos imunobiológicos;
- 11.1.2.7. Notificar, expressamente, a Contratada a respeito de quaisquer irregularidades constatada na prestação dos serviços;
- 11.1.2.8. Atestar nas notas fiscais a efetiva prestação do serviço, conforme ajuste representado pela nota de empenho;
- 11.1.2.9. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao serviço prestado, no prazo e forma estabelecidos;
- 11.1.2.10. Notificar à Contratada, por escrito, as sanções e penalidades quando for o caso;
- 11.1.2.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução desta contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.1.3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1.3.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, em seus anexos e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 11.1.3.2. Observar a obrigatoriedade do cumprimento das normas de inclusão dispostas no art. 92, XVII, da Lei 14.133/2021 e [Lei Estadual nº 10.783, de 22 de outubro de 2020](#) - que determinam o preenchimento das cotas de aprendizes, de pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social.
- 11.1.3.3. Executar os serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância às especificações no Termo de Referência e seus anexos, acompanhados da respectiva nota fiscal.
- 11.1.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, referente a manutenção corretiva, de acordo com os [artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#);
- 11.1.3.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, no prazo máximo de 10 (dez);
- 11.1.3.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 11.1.3.7. Atender prontamente às exigências da Contratante, constantes no Termo de Referência, inerentes ao objeto da presente contratação;
- 11.1.3.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como seguir a [Lei Estadual nº 10.783, de 22 de outubro de 2020](#), que determina o preenchimento das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência;
- 11.1.3.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 11.1.3.10. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na contratação, ou para a qualificação, no procedimento licitatório.
- 11.1.3.11. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.
- 11.1.3.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigida na contratação.

11.1.3.13. Executar o objeto da presente contratação no endereço indicado pela Contratante, dentro do prazo constante da proposta, contado desde o recebimento da Nota de Empenho, nas especificações, quantidades e horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas (horário local) de segunda a sexta-feira e atendendo aos chamados provenientes da necessidade do serviços em período noturno e fins de semana.

11.1.3.14. Responder pelos vícios e defeitos dos materiais e assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da prestação do serviço e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, na execução do contrato.

11.1.3.15. Responder por todos os custos de manutenção (fornecimento e substituição de peças, acessórios e insumos) com vícios, falhas ou com defeito de fabricação bem como a mão-de-obra para a sua instalação) e não serão de responsabilidade da CONTRATANTE durante o período de garantia.

11.1.3.16. A CONTRATADA deve iniciar a execução do presente contrato imediatamente na data de início de sua vigência, adotando todas as providências necessárias ao fiel cumprimento de suas obrigações, sob pena de responsabilização pelos danos causados em decorrência de sua inexecução, total ou parcial.

11.1.3.17. Havendo interesse da Contratada em rescindir o presente contrato ou em não prorrogar sua vigência, deverá a mesma comunicar formalmente sua intenção à Contratante com antecedência mínima de 06 (seis) meses. Durante esse período, a Contratada se obriga a manter integralmente a execução dos serviços contratados, nas mesmas condições pactuadas, a fim de viabilizar que a Administração Pública promova a formalização de novo instrumento contratual, evitando prejuízos aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e a descontinuidade das atividades essenciais da unidade hospitalar.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO:**

12.1. É expressamente vedada a subcontratação para execução do objeto.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:**

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES:**

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 2 (dois) mês.
- 14.4. A CONTRATANTE deve responder a eventuais pedidos de repactuação de preços pelo CONTRATADO no prazo máximo de 2 (dois) meses.
- 14.5. A CONTRATANTE deve responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 2 (dois) meses.
- 14.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

15.1. A licitante/contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO	POSSÍVEL SANÇÃO
Dar causa à inexecução parcial do contrato	Advertência.
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar e contratar.
Dar causa à inexecução total do contrato;	Impedimento de licitar e contratar.
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Impedimento de licitar e contratar.
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar.
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, as seguintes sanções:

- 15.2.1. advertência;
- 15.2.2. multa;
- 15.2.3. impedimento de licitar e contratar;
- 15.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei, recolhida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

§ 4º A sanção prevista do Impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista da Declaração de Inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida da Declaração de Inidoneidade quando aplicada pela SESAP, ela será de competência exclusiva do Secretário Estadual de Saúde Pública e será precedida de análise jurídica.

§ 7º As sanções previstas da Advertência, Impedimento de licitar e contratar e Declaração de Inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a de Multa.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.3. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.4. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido pelo Setor Competente, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pelo Setor Competente, o licitante ou a Contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 2º Serão indeferidas pelo Setor Competente, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- a) interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item 15.4;
- b) suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- c) suspensão por decisão judicial que inviabiliza a conclusão da apuração administrativa.

15.5. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

15.6. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

15.7. A SESAP deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

15.8. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada a multa de mora, na forma prevista no Termo de Referência ou em contrato.

15.9. Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a SESAP a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

15.10. É admitida a reabilitação do licitante ou a Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou Contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:**

16.1. As condições para extinção dos contratos são as mesmas previstas tanto no Capítulo VIII da Lei Federal nº 14.133/2023.

16.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.3. A extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial. (art. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021).

16.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

16.5. Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da SESAP, a Contratada será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

16.6. Quando a rescisão ocorrer por culpa exclusiva da Contratada, esta sofrerá as sanções previstas neste de contrato.

16.7. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - VEDAÇÕES:**

17.1. É vedado à CONTRATADA:

- 17.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 17.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS**

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA MATRIZ DE RISCOS:**

19.1. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados no Anexo I – Matriz de Riscos deste Contrato, a CONTRATADA deverá, no prazo de 03 (três) dias úteis, informar a CONTRATANTES sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e
- e) Outras informações relevantes.

19.2. Após a notificação, a CONTRATANTE decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais a CONTRATADA. Em sua decisão a CONTRATANTE poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

19.3. A concessão de qualquer isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula contratual respectiva.

19.4. O reconhecimento pela CONTRATANTE dos eventos descritos no Anexo I deste Contrato que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a CONTRATADA, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.

19.5. As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em até 03 (três) dias úteis, contados da data da ocorrência do evento.

19.6. As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

19.7. As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

19.8. Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro, se houver.

19.9. O Contrato poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do contrato se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.

19.10. As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

19.11. Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, não previstos no Anexo I – Matriz de Riscos, serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato.

20. **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO:**

20.1. A CONTRATANTE será responsável por publicar o extrato deste contrato no DOE/RN até o quinto dia útil do mês subsequente à assinatura do presente instrumento e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de sua assinatura, sendo tais publicações condição indispensável para a eficácia deste aditivo (art. 94, art. 5º, art. 12, VI, Lei Federal nº 14.133/2021)

21. **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO:**

21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

21.2. E para firmeza e validade, e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, é expedido o presente contrato em 02 (duas) vias, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo identificadas, dele sendo extraídas as cópias necessárias à sua aprovação e execução.

Natal, __ de ____ de 2026.